



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003837-41.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Contratos Bancários**
 Requerente: **Edneia Massoni Moretti**
 Requerido: **Banco Itaucard S/A e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Eduardo Montes Netto**

Vistos.

EDNEIA MASSONI MORETTI ajuizou **AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS** em face do **BANCO ITAUCARD S/A e BANCO ITAU S/A** alegando, em sua inicial (fls. 01/28), que é correntista do segundo réu e que no mês de janeiro de 2016 ao consultar seu saldo na conta corrente foi surpreendida pela informação que havia saldo negativo em mais de R\$1.900,00, em razão de "FINAME". Que se dirigiu a diversas agências do Banco Itaú para tentar solucionar o problema, mas não conseguiu. Aduz que recebeu uma proposta para pagamento do "débito". Que descobriu que o "FINAME" era referente ao cartão Credicard e que mesmo antes da chegada da proposta, o primeiro réu já havia tomado a liberdade de imputar o pagamento na modalidade à vista e utilizando o limite da conta corrente. Que passou a receber ligações do segundo réu, cobrando o limite utilizado. Que a autora notificou o segundo réu para a devolução do valor debitado indevidamente, mas não obteve resposta. Que jamais efetuou qualquer tipo de "FINAME" e não assinou contrato de renegociação. Que as práticas dos réus são abusivas. Requereu a antecipação dos efeitos da tutela para devolução imediata do valor do "FINAME" descontado indevidamente com os respectivos encargos e juros, bem como que não seja encaminhado o nome da autora aos cadastros de devedores. Requereu, ainda, a condenação dos réus ao pagamento de indenização por danos materiais e morais. Juntou documentos.

Deferida a gratuidade (fl. 62).

Emenda à inicial para atribuir à causa o valor de R\$36.000,00.

Indeferida a antecipação de tutela às fls. 67/68.

Citado, o réu **BANCO ITAUCARD S.A.** apresentou contestação (fls. 75/78) alegando que tentou realizar acordo com a autora que restou infrutífero. Que não concorda com o valor apresentado pela autora a título de indenização. Requereu o afastamento da indenização por danos morais e juntou documentos.

O **BANCO ITAÚ S.A.**, citado, não apresentou contestação.

O **BANCO ITAUCARD S.A.** informando que estornou o valor de R\$1.972,38 na conta da autora (fls. 99/100).

Réplica às fls. 104/108.

Fixados pontos controvertidos às fls. 127/128.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Esclarecimentos da autora às fls. 131/133 e do réu ITAUCARD S.A. às fls. 134/135.

Manifestação da autora sobre os documentos de fls. 136/141.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, nos termos do art. 355, I do CPC.

Alega a autora que foi descontado de sua conta corrente sem sua autorização o valor de R\$1.972,38, denominado "FINAME" no dia 14/01/2016. Que descobriu se tratar de uma dívida do cartão Credicard quando recebeu em 20/01/2016 uma proposta de renegociação da dívida.

Aduz que o banco utilizou seu limite de crédito para pagamento do "FINAME" e que foi impedida de optar pelo parcelamento do débito (fls. 33/38).

O banco réu, em contestação, juntou às fls. 93/98 o contrato de serviço bancário firmado com a autora, no qual consta no item 3 da parte "Declarações e Autorizações" (fl. 96) que a autora autoriza o Itaú a transferir valores desta conta e outras contas de sua titularidade para pagamento de qualquer débito devido perante as empresas do conglomerado do Itaú Unibanco Holding S.A..

Ora, o pedido da autora se pauta na afirmação de que "não autorizou qualquer pagamento", entretanto tal afirmação é lançada por terra frente ao contrato devidamente firmado entre as partes.

O fato do contrato ser de adesão não tem maior significado, posto que a lei (inclusive o Código de Defesa do Consumidor) admite tal forma de contratação. Aos olhos da lei, a adesão tem o mesmo valor do consentimento, não se medindo a força das vontades, sendo irrelevante que uma das partes seja mais fraca do que a outra.

Aliás, como bem leciona ORLANDO GOMES: "Considerações a respeito da posição das duas partes no chamado contrato de adesão, conduzem-no, mais adiante, à conclusão de que não é a desigualdade dos contratantes, só por si, que torna o contrato suspeito, mas o abuso possível emergindo desta desigualdade" (Contrato de Adesão. São Paulo: Ed. Rev. dos Tribunais, 1972, p. 44).

Conclui-se, então, que o débito realizado na conta corrente da autora foi plenamente legal, devendo ser mantido.

Como o débito foi legal, não há que se falar em danos morais.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTES** os pedidos e condeno a autora ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, §2º, do CPC devendo os réus debitarem o valor anteriormente estornado de R\$1.972,38 da conta corrente da autora.

P.I.

São Carlos, 29 de novembro de 2016.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**